

A INFÂNCIA ENTRE EXTREMOS

Daniel Cavalcanti de A. Lemos*
Inára Garcia**



GONDRA, José (Org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

“Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!”
Casimiro de Abreu

Diferentes da infância idealizada por alguns poetas, como a que ficou imortalizada nos versos e nas lembranças de Casimiro de Abreu, existiram outras. Existem políticas e pessoas pensando que a infância não pode “respirar a alma inocência como perfumes a flor”. É entre esses extremos, que as diferentes infâncias são analisadas no livro *História, infância e escolarização*, oferecendo-nos os frutos do seminário de mesmo nome realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ) e pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade (UERJ/PUC-Rio).

O livro encontra-se organizado em nove capítulos. Os sete primeiros trabalham com uma perspectiva histórica da infância, retomando as práticas e as políticas do Século XIX até as primeiras décadas do Século XX. Os dois últimos artigos analisam a situação da infância no presente, suas relações com o consumo e a mídia, entre outras.

O livro encontra-se organizado em nove capítulos. Os sete primeiros trabalham com uma perspectiva histórica da infância, retomando as práticas e as políticas do Século XIX até as primeiras décadas do Século XX. Os dois últimos artigos analisam a situação da infância no presente, suas relações com o consumo e a mídia, entre outras.

Segundo a apresentação de Marcos Cezar de Freitas, o livro “traz para os nossos domínios acadêmicos um multifacetado diagnóstico sobre a inverossímil situação na qual essa personagem, a criança, foi e é protagonista” (p. 8) e tem seu mérito no fato de representar “Uma coletânea que emerge em consequência daquilo que de melhor possui o trabalho universitário, que é de mostrar sem pedir à realidade que se torne crível, querendo dela apenas sua nudez, somente o expor-se sem retoques” (p. 8). Assim, os artigos procuram demonstrar a situação da infância historicamente produzida e, de forma insistente, reproduzida ao longo do tempo, chegando ao ponto de ser preciso, a fim de localizá-la, segundo Marcos Cezar, “procurar pelas instituições que as guardam e escondem”. (p. 9)

Deste modo, no primeiro artigo, Rogério Fernandes e Margarida Felgueiras apresentam um mapeamento dos estudos feitos em Portugal sobre a criança, no qual procuram identificar pelo registro do título, da autoria, da localização e da data, os trabalhos relativos ao tema infância, elabo-

*Pedagogo pela UERJ. Pesquisador do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE-UERJ).

**Pedagoga pela UERJ. Bióloga pela UFRJ. Pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE-UERJ).

rando, assim, um expressivo e inédito inventário sobre estes estudos, acrescido de pequena reflexão sobre cada um deles.

No segundo estudo, Adriana Viana desenvolve uma reflexão acerca dos destinos reservados aos menores recolhidos à rua, na primeira República, mais precisamente, entre 1910 e fins de anos 1920. Este trabalho põe em discussão os modos com que o Estado procurava controlar a infância abandonada, oferecendo possibilidades variadas, porém limitadas, visto que os resultados dessas iniciativas não transformavam a situação das crianças desfavorecidas. Sobre esse aspecto, a autora assinala que:

“...tanto nos casos de internação de menores quanto nos casos de sua inclusão na redes domésticas, o que estava em jogo era a construção de expedientes e mecanismos de controle de seres sociais considerados potencialmente perigosos. (p. 39)”

Ainda sobre a criança abandonada, Luiz C. Bazilio, no artigo seguinte, apresenta o estudo “*Infância ‘Rude’ no Brasil: alguns elementos da História e da Política*”. A principal motivação do autor consiste na “*necessidade de compreender de que forma a Sociedade e o Estado brasileiro construíram os diferentes modelos, ideologias e discursos que fundamentam as mais diferentes ações na área da criança e do adolescente*” (p. 44). O autor analisa diferentes políticas sobre a infância até a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, oferecendo uma contribuição relevante para se pensar as práticas de atendimento à criança pobre no Brasil.

No artigo “*Cera a modelar ou riqueza preservar: A infância nos debates educacionais brasileiros*”, Ana Maria Magaldi volta-se para o estudo das formas com que intelectuais brasileiros se envolveram nos debates sobre a Educação que fontes para um conjunto de iniciativas tidas como renovadoras, destinadas à conformação de hábitos e comportamentos considerados compatíveis com os saberes racionais e científicos então valorizados. Desta forma, aborda a infância com base em dois ângulos, como objeto de intervenção médica e como tema da sensibilidade poética, ao relatar que:

Neste texto, o foco estará colocado no tratamento dado ao tema da infância por alguns desses intelectuais que encaminharam iniciativas de educação da família. Em especial, será conferida a atenção a dois deles: Júlio Porto-Carrero, um médico-psiquiatra que teve uma importante atuação como educador naquele contexto de renovação; e Cecília Meireles, que apesar de ser bastante conhecida entre nós como poetisa, também ocupou um lugar de destaque como educadora e como defensora, nos debates da época, das idéias do movimento da “Escola Nova”(p. 60)

No texto seguinte, a escola e a família permanecem em debate no trabalho do Professor Luciano Mendes de Faria Filho: “*Na Relação Escola-Família, A Criança como Educadora: Um Olhar Sobre A Escola Nova em Minas Gerais*”. Este estudo promove uma discussão do lugar construído para e pela escola, em relação às demais instituições sociais, entre elas a família. Se no Século XIX as políticas educacionais tornavam a família “*incapazes de bem educar em face de uma sociedade que se urbaniza e se complexifica*” (p. 81), esta situação é invertida no início do século XX, quando a Escola Nova reaproxima a família da escola, procurando interferir na própria lógica da relação pedagógica, na qual as crianças educariam os pais.

No capítulo seguinte, “*A higiene e o investimento médico na educação da infância*” o professor da Universidade de Coimbra, Antônio Gomes Ferreira, trabalha a compreensão produzida no âmbito do discurso médico relativo à criança em Portugal, no fim do século XIX e princípio do XX.

Para isso, utiliza como fonte as dissertações (teses) de fim de curso produzidas pelos alunos da escola médica cirúrgica do Porto. Teses que representam uma parcela do pensamento e de posições consideradas no meio acadêmico do período, uma espécie de saber autorizado. Teses que são indícios para a compreensão médica acerca da criança e a infância na Sociedade Portuguesa.

Em linha assemelhada, o texto do professor José Gonçalves Gondra “*Higienização da Infância no Brasil*” aborda o debate referente à produção da idéia de infância no Brasil dos 800 com base no discurso médico que elege a infância como objeto e como problema, sendo este um dos recursos de afirmação da ordem médica como a ciência do social por meio da difusão da doutrina e da recomendação das práticas higienistas. O autor utiliza como fonte as teses produzidas pelos alunos da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), a fim de que obtivesse o título de Doutor, as atas do I Congresso Brasileiro de Proteção a Infância e os trabalhos apresentados na I Conferência Nacional de Educação, buscando com isso perceber os discursos sobre a infância em diferentes espaços, registros de manutenção, variação e de proliferação.

Diferente do caso português, discutido no artigo anterior, podemos perceber que o debate sobre a infância no Brasil do século XIX se particulariza tanto pela quantidade de discursos, como pelos diferentes espaços em que se articulava. Deste modo, o autor destaca em seu estudo o problema da higienização dos “enjeitados” e as questões relativas ao regime mais apropriado de escolarização, tais como internatos ou externatos.

No penúltimo artigo do livro, Cristina Caldas Guimarães de Campos e Solange Jobim e Souza desenvolvem uma reflexão relativa às relações entre infância, mídia e cultura de consumo, operando com um questionário fundamental: o que é a infância hoje? Como crianças e adolescentes percebem o adulto? Como o adulto fala às crianças e aos adolescentes? Será que a infância virou um conceito absoluto? Quem são as crianças e adolescentes contemporâneos? Como alertam as próprias autoras

Esta é uma questão importante e que merece ser levada em consideração. Embora, a resposta não seja simples vale refletir sobre o papel da mídia, especialmente da publicidade na construção de novos padrões identificadores para criança, jovens e adultos. A partir de signos de prestígio fornecidos pela cultura de consumo. (p. 134)

O último capítulo desta obra traz como diz o título “*Tudo ao mesmo tempo agora: considerações sobre a infância no presente*”. Escrito por Rita Maria Ribes Pereira, contém uma importante e necessária reflexão no que se refere ao nosso tempo presente, marcado, segundo a autora, mais pela velocidade da informação do que pela capacidade que temos de compreendê-la, no qual “cada piscada de olho é um acontecimento perdido” (p. 149). Ao identificar esse ritmo como algo inaugurado pelo modo de produção capitalista e multiplicado pela revolução tecnológica, a autora estabelece um interessante paralelo dos dias atuais com *lêonia*, a cidade fictícia de Ítalo Calvino e seu conto “*As cidades Contínuas I*”¹ para demonstrar aspectos do funcionamento da sociedade de consumo. No interior desse cenário, a autora discute a construção social da infância, preocupando-se com os significados a ela atribuídos. Neste sentido, explora duas outras interrogações: “*Em que contexto nasce e “desaparece” a infância enquanto categoria social e...? Qual a relação na contemporaneidade sobre o mundo adulto e a infância?*” (p. 153)

¹Ver: Calvino, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Assim, este livro nos oferece um rico conjunto de estudos das condições em que a infância se encontrava e se encontra nas sociedades brasileira e portuguesa.

Numa época marcada pela velocidade, numa sociedade de consumo, reflexões como as contidas no livro “*História infância e escolarização*” constituem-se em uma valiosa contribuição para educadores, estudantes e todos os interessados nessa trama que envolve as relações e concepções entre a infância, a escola, a família, a sociedade e os domínios do poder público.